



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

www.jaguaracu.mg.gov.br / licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº006/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº100/2026

PROCEDIMENTO: DISPENSA ELETRÔNICA Nº006/2026

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

OBJETO: A contratação de empresa especializada para prestação de serviços considerados necessários e indispensáveis para a execução dos trabalhos complementares, os quais integram o conjunto dos objetivos para compor a equipe para prestar o apoio técnico operacional, bem como os demais conjuntos de sustentação necessários, formal e geral, destinados à organização e plena realização da XLII Cavalgada de Jaguaracú, que ocorrerá nos dias 17, 18 e 19 de julho de 2026, evento tradicional e cultural do Município de Jaguaracú - Minas Gerais, nos termos e condições estabelecidas nas especificações constantes no Termo de Referência.

DATA/HORÁRIO:

INÍCIO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 29/06/2026 - Horas 08:00

TÉRMINO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 03/07/2026 - Horas 08:05

ABERTURA DA SESSÃO E ANÁLISE DE PROPOSTAS: 03/07/2026 - Horas 08:10

HORÁRIO DO INÍCIO DA DISPUTA: 08:15 DO DIA 03/07/2026

HORÁRIO DO FIM DA DISPUTA: 14:15 DO DIA 03/07/2026

MODO DE DISPUTA: ABERTO

EXCLUSIVO PARA ME/EPP: NÃO

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

LINK: <https://www.licitanet.com.br/>

Jaguaracú, 26 de junho de 2026.

Maria Aparecida Gonçalves
Agente de Contratação



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

www.jaguaracu.mg.gov.br / licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº006/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº100/2026

PROCEDIMENTO: DISPENSA ELETRÔNICA Nº006/2026

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

O **MUNICÍPIO DE JAGUARACU-MINAS GERAIS**, através da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, por meio da Comissão de Contratação, designada pela Portaria nº 048, de 03 de novembro de 2025, com sede na Rua do Rosário, nº114, Centro, Jaguaracú-MG, torna público, para conhecimento das empresas interessadas, que realizará **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE DISPENSA ELETRÔNICA**, com critério de julgamento do Tipo: Menor Preço Global, conforme descrito neste edital e seus anexos, nos termos do Artigo 75, Inciso II da Lei Federal nº14.133, de 01 de abril de 2021, Decreto Municipal nº735, de 08 de novembro de 2021, e a Lei Complementar nº123/2006 e suas alterações.

1 - OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1 - Constitui objeto do presente procedimento: A contratação de empresa especializada para prestação de serviços considerados necessários e indispensáveis para a execução dos trabalhos complementares, os quais integram o conjunto dos objetivos para compor a equipe para prestar o apoio técnico operacional, bem como os demais conjuntos de sustentação necessários, formal e geral, destinados à organização e plena realização da XLII Cavalgada de Jaguaracú, que ocorrerá nos dias 17, 18 e 19 de julho de 2026, evento tradicional e cultural do Município de Jaguaracú - Minas Gerais, nos termos e condições estabelecidas nas especificações constantes no Termo de Referência.

1.2 - O critério de julgamento e classificação da proposta será o de “**MENOR PREÇO GLOBAL**”, e o modo de disputa “**ABERTO**”, observadas as especificações técnicas definidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos.

2 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 - As despesas com o objeto de que trata este ato convocatório correrão à conta da dotação orçamentária: 02.04.03-13.392.0006.2080 - Manutenção do FUMPAC - 33.90.39.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica - Ficha 367 - Fonte: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos e a Fonte: 1.501 - Outros Recursos não Vinculados e a 02.04.03-13.392.0006.2081 - Manutenção de Eventos Culturais e Tradicionais - 33.90.39.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica - Ficha 372 - Fonte: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos e a Fonte: 1.501 - Outros Recursos não Vinculados.

3 - VALOR ESTIMADO

3.1 - O valor estimado para contratação é de R\$ 44.365,00 (quarenta e quatro mil e trezentos e sessenta e cinco reais).

4 - PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA

4.1 - A participação na presente dispensa ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, através do endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>.

4.1.1 - O procedimento será divulgado Portal da LICITANET e no Portal do Município de Jaguaracú no site: <https://www.jaguaracu.mg.gov.br/>.

4.1.2 - A licitante é a responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

4.2 - Não poderão participar desta dispensa:

4.2.1 - As licitantes que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seus anexos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

www.jaguaracu.mg.gov.br / licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br

4.2.2 - As licitantes estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.3 - As licitantes que se enquadrem nas seguintes vedações:

4.2.3.1 - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.2.3.2 - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obras, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.2.3.3 - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.2.3.4 - A licitante que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato/empenho, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.2.3.5 - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.2.3.6 - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.3 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

4.4 - Aplica-se o disposto no item 4.2.3.3 também a licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

4.5 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.6 - Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.6.1 - Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei Federal nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

4.7 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa ou da execução do contrato/empenho agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.8 - A participação neste certame implica a aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório, assim como no instrumento contratual.

5 - INGRESSO NA DISPENSA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

5.1 - O ingresso da licitante na disputa da dispensa ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item na plataforma da LICITANET para acesso ao sistema e operacionalização.

5.2 - A licitante interessada, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

5.2.1 - A proposta de preços inicial deverá ser informada no Sistema de Dispensa Eletrônica, utilizando números inteiros e 2 (duas) casas decimais depois da vírgula, de acordo com o ANEXO II - MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACÚ

ESTADO DE MINAS GERAIS

www.jaguaracu.mg.gov.br / licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br

5.2.2 - A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

5.3 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

5.4 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto do edital.

5.4.1 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 - Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.

5.6 - Independentemente do percentual do tributo que consta na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o termo de referência, assumindo a proponente o compromisso de realizar a prestação de serviços nos seus termos, bem como de fornecer o que necessários em quantidades e qualidades para a perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9 - Uma vez enviada a proposta no Sistema de Dispensa Eletrônica, a licitante não poderá retirá-la, substituí-la ou modificá-la.

5.10 - No cadastramento da proposta inicial, a licitante deverá, também, assinalar “SIM” ou “NÃO” em campo próprio do Sistema de Dispensa Eletrônica, às seguintes declarações:

5.10.1 - Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.10.2 - Está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

5.10.3 - Assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

5.10.4 - Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91;

5.10.5 - Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

5.11 - A licitante organizada em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.12 - A licitante enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.13 - A licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6 - FASE DE LANCES

6.1 - No horário estabelecido neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACÚ

ESTADO DE MINAS GERAIS

www.jaguaracu.mg.gov.br / licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br

6.2 - Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.2.1 - O lance deverá ser ofertado pelo valor global.

6.3 - A licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.3.1 - A licitante poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

6.3.2 - O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 2,00 (dois reais)**.

6.4 - Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

6.5 - Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.6 - Durante o procedimento, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

6.7 - Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

6.7.1 - O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

7 - JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1 - Encerrada a fase de lances, será verificada pela Comissão de Contratação a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

7.2 - No caso de o preço da proposta da licitante vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

7.2.1 - Neste caso, será encaminhada contraproposta a licitante que tenha apresentado o “MENOR PREÇO GLOBAL”, para que seja obtida a melhor proposta com o preço compatível em relação ao estipulado pela Administração.

7.1.2 - A negociação poderá ser feita com as demais licitantes classificadas, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

7.2 - Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todas as licitantes e registrado na ata do procedimento da dispensa, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

7.3 - Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado da licitante classificada em primeiro lugar o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos de habilitação, no prazo de 2 (duas) horas.

7.4 - Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.4.1 - Contiver vícios insanáveis;

7.4.2 - Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Aviso de Contratação Direta ou em seus anexos;

7.4.3 - Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.4.4 - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.4.5 - Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Aviso de Contratação Direta ou seus anexos, desde que insanável.

7.5 - Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACÚ

ESTADO DE MINAS GERAIS

www.jaguaracu.mg.gov.br / licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br

7.6 - Se houver indícios de inexecução da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a licitante comprove a execução da proposta.

7.7 - Se a proposta da vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.8 - Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

7.9 - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

8 - HABILITAÇÃO

8.1 - Encerrada a fase de aceitação da proposta, a Comissão de Contratação solicitará os documentos para fins de habilitação deste Aviso de Contratação Direta, da licitante mais bem classificada da fase de lances a proposta de “MENOR PREÇO GLOBAL”, no prazo de 2 (duas) horas, podendo ser prorrogado por igual prazo.

8.2 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta no seguinte cadastro:

8.2.1 - Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica (TCU) (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

8.3 - Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.4 - Caso a licitante provisoriamente classificada enquadre-se no tratamento favorecido às ME/EPPs, a Comissão de Contratação obedecerá ao disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

8.5 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.5.1 - No caso de empresa individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5.2 - Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.5.3 - No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.5.4 - Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

8.5.5 - No caso de sociedade simples, inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.5.6 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.5.7 - Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.6 - REGULARIDADE FISCAL

8.6.1 - Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), do Ministério da Fazenda;

8.6.2 - Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união, encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à dívida ativa da união administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN (Certidão Conjunta);

8.6.3 - Certidão negativa de débito tributário junto a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede da licitante;

8.6.4 - Certidão negativa de débito tributário junto a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede da licitante;

8.6.5 - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRF), expedido pela Caixa Econômica Federal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

www.jaguaracu.mg.gov.br / licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br

8.7 - REGULARIDADE TRABALHISTA

8.7.1 - Prova de inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho (CNDT) mediante apresentação de certidão expedida pela Justiça do Trabalho, de acordo com a Lei Federal 12.440/2011.

8.8 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.8.1 - Certidão negativa em matéria falimentar, concordatária e de recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (licitante), emitida em prazo não superior a 90 (noventa) dias contados da data da sua apresentação, porém não há óbice que a empresa em recuperação judicial participe do certame desde que comprove a capacidade econômica e financeira para execução do objeto.

8.9 - A Comissão de Contratação, reserva-se o direito de solicitar da licitante, em qualquer tempo, no curso do procedimento, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento.

8.10 - Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, a licitante será convocada a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

8.11 - Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

8.12 - Será inabilitado a licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

8.13 - Na hipótese de a licitante não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

8.14 - Os documentos de Habilitação deverão estar com prazo vigente, não havendo prazo nos documentos eles serão considerados válidos se emitidos em até 180 (cento e oitenta) dias, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ.

8.15 - Se o licitante for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for à filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.16 - Constatado o atendimento às exigências de habilitação, a licitante será habilitada.

9 - CONTRATAÇÃO

9.1 - Após a adjudicação e homologação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

9.2 - A adjudicatária terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

9.2.1 - Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data de seu recebimento.

9.2.2 - O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada da adjudicatária e aceita pela Administração.

9.3 - O aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

9.3.1 - Referida nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei Federal nº 14.133/21;

9.3.2 - A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

9.3.3 - A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei Federal nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACÚ

ESTADO DE MINAS GERAIS

www.jaguaracu.mg.gov.br / licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br

9.4 - O prazo de vigência da contratação será a partir da data de assinatura do instrumento contratual, até 15 (quinze) dias após a realização da XLII Cavalgada de Jaguaracú, obedecendo o limite estabelecido no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº14.133/2021, no valor de R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil e quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos).

10 - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - Comete infração administrativa a licitante que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quais sejam:

10.1.1 - Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho;

10.1.2 - Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3 - Dar causa à inexecução total do contrato/empenho;

10.1.4 - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.5 - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.6 - Não celebrar o contrato/empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.7 - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.8 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato/empenho;

10.1.9 - Fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato/empenho;

10.1.10 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.10.1 - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre as licitantes, em qualquer momento da dispensa.

10.1.11 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

10.1.12 - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 - A licitante que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

10.2.1 - Advertência pela falta do subitem 9.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

10.2.2 - Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta da licitante, por qualquer das infrações dos subitens 10.1.1 a 10.1.12;

10.2.3 - Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 9.1.2 a 9.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

10.2.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 10.1.8 a 10.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

10.3 - A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

10.4 - Todas as sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

10.5 - Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

10.6 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

10.7 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACÚ

ESTADO DE MINAS GERAIS

www.jaguaracu.mg.gov.br / licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br

10.8 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.8.1 - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º);

10.8.2 - A natureza e a gravidade da infração cometida;

10.8.3 - As peculiaridades do caso concreto;

10.8.4 - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.8.5 - Os danos que dela provierem para o Contratante;

10.8.6 - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.9 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.10 - A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato/empenho ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

10.11 - O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

10.12 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

10.13 - As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

11 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 - No caso de todas as licitantes restarem desclassificadas ou inabilitadas (procedimento fracassado), a Administração poderá:

11.1.1 - Republicar o presente aviso com uma nova data;

11.1.2 - Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

11.1.2.1 - No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

11.1.3 - Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

11.2 - As providências dos subitens 11.1.1 e 11.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer licitantes interessadas (procedimento deserto).

11.3 - Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelas licitantes, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

11.4 - Caberá a licitante acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

11.5 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACÚ

ESTADO DE MINAS GERAIS

www.jaguaracu.mg.gov.br / licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br

11.6 - Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema de Dispensa Eletrônica e na documentação relativa ao procedimento.

11.7 - No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.8 - As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.9 - As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

11.10 - Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

11.11 - Da sessão pública será divulgada em Ata no sistema eletrônico.

11.12 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento administrativo de dispensa, elegem as partes o Foro da cidade de Timóteo - Minas Gerais, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

11.13 - Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Modelo da Proposta Comercial;

Anexo III - Minuta do Contrato.

Jaguaracú, 26 de junho de 2026.

Maria Aparecida Gonçalves
Agente de Contratação



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

SECRET. MUN. TURISMO E CULTURA

www.jaguaracu.mg.gov.br / turismo@jaguaracu.mg.gov.br



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1 - INTRODUÇÃO

O presente Termo de Referência tem por finalidade os objetivos propostos, assim como atender plenamente os preceitos legais e constitucionais, e em especial os estabelecidos na Lei Federal nº14.133, de 01 de abril de 2021, nos termos constituídos no objeto a ser contratado.

2 - REQUISITANTE

2.1 - Órgão Interessado: Prefeitura Municipal de Jaguaracú-MG

2.2 - Área Interessada: Secretaria Municipal de Turismo e Cultura

2.3 - Endereço: Rua do Rosário, nº114, Centro, Jaguaracú-MG

3 - OBJETO

3.1-Constitui objeto do presente termo: A contratação de empresa especializada para prestação de serviços considerados necessários e indispensáveis para a execução dos trabalhos complementares, os quais integram o conjunto dos objetivos para compor a equipe para prestar o apoio técnico operacional, bem como os demais conjuntos de sustentação necessários, formal e geral, destinados à organização e plena realização da XLII Cavalgada de Jaguaracú, que ocorrerá nos dias 17, 18 e 19 de julho de 2026, evento tradicional e cultural do Município de Jaguaracú - Minas Gerais.

4 - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO E DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

Durante o planejamento e a organização do evento, verificou-se a necessidade de contratação de serviços complementares de apoio técnico, operacional e outros, não contemplados no processo licitatório vigente, mas indispensáveis para garantir a adequada execução da programação, a segurança dos participantes, o atendimento ao público e o cumprimento das exigências operacionais do evento.

Justifica-se a abertura do procedimento administrativo de dispensa com o propósito de realizar a contratação de empresa especializada para prestação dos serviços complementares necessários à organização e à plena realização da XLII Cavalgada de Jaguaracú, tradicional evento cultural do município de Jaguaracú - Minas Gerais, que ocorrerá nos dias 17, 18 e 19 de julho de 2026.

Dessa forma, torna-se necessária e imprescindível a contratação dos seguintes serviços abaixo:

- **COORDENADOR DE EVENTO:** A contratação de Coordenador de Evento justifica-se pela necessidade de planejamento, acompanhamento e supervisão integral das atividades desenvolvidas durante a realização do evento. O profissional atuará como ponto focal entre as diversas equipes envolvidas, promovendo a integração das ações operacionais, o controle das demandas, a gestão de palco, camarins, backstage, bem como a rápida resolução de intercorrências. Sua atuação em regime de dedicação exclusiva é indispensável para garantir a organização, a eficiência operacional, a segurança dos participantes e o cumprimento da programação prevista.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

SECRET. MUN. TURISMO E CULTURA

www.jaguaracu.mg.gov.br / turismo@jaguaracu.mg.gov.br



- **EQUIPE PARA PREPARO DE ALIMENTAÇÃO E PREPARO DE CHURRASCO:** A contratação de equipe especializada para preparo da alimentação e churrasco justifica-se pela necessidade de atendimento eficiente ao público estimado entre 1.500 e 2.000 pessoas durante o tradicional Encontro de Cavaleiros. A disponibilização de mão de obra qualificada garante a correta manipulação dos alimentos, observância das normas de higiene e segurança alimentar, organização dos trabalhos e agilidade no atendimento. Ressalta-se que o Município não possui mão de obra disponível para executar os serviços de preparo, organização e distribuição da alimentação na dimensão exigida pelo evento, tornando necessária a contratação de empresa especializada para suprir essa demanda temporária. Dessa forma, busca-se assegurar a adequada prestação do serviço, a segurança alimentar dos participantes e a eficiência na execução das atividades previstas.

- **LANCHE E REFEIÇÃO PARA EVENTO:** A contratação de fornecimento de lanche e refeição é necessária para atender os colaboradores, equipes de apoio e policiamento. Considerando a quantidade de pessoas previstas e a dinâmica da programação, os lanches e refeições deverão ser entregues no local de realização da festa, garantindo maior qualidade, segurança alimentar, pontualidade na distribuição e atendimento adequado aos participantes. O fornecimento dessa alimentação contribui para o bem-estar, a permanência e o desempenho das equipes e participantes, assegurando condições apropriadas para o desenvolvimento das atividades programadas.

- **LOCUTOR PARA CONCURSO DE MARCHA:** A contratação de profissional locutor especializado em provas equestres é indispensável para garantir a adequada condução do Concurso de Marcha, promovendo a comunicação entre comissão organizadora, jurados, competidores e público presente. A qualificação específica na modalidade assegura a correta apresentação das provas, divulgação de informações técnicas, chamadas dos participantes e transmissão dos resultados, contribuindo para a transparência, organização e valorização do evento.

- **MINI TRIO ELÉTRICO:** A contratação de Mini Trio Elétrico é necessária para proporcionar adequada sonorização durante o Encontro de Cavaleiros, permitindo a comunicação eficiente com os participantes ao longo do percurso e nos momentos de concentração e dispersão. O equipamento garante ampla cobertura sonora, possibilitando a divulgação de orientações, avisos de segurança, informações institucionais e animação do público, contribuindo para a organização e o sucesso do evento.

- **PROFISSIONAL CAPACITADO EM MEDICINA VETERINÁRIA:** A contratação de Médico Veterinário Responsável Técnico (RT) habilitado junto ao Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) é obrigatória para a regularização do evento junto aos órgãos competentes, incluindo a emissão das autorizações necessárias para a realização do Concurso de Marcha. Além das exigências legais, o profissional será responsável pela fiscalização sanitária, acompanhamento das condições de saúde dos animais e garantia do bem-estar animal, assegurando o cumprimento das normas vigentes e a segurança dos participantes.

- **TECIDO TIPO MULTIFIBRAS SUBLIMADO:** A contratação de confecção de tecido sublimado destina-se à composição da identidade visual do evento, sendo utilizado na confecção de



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

SECRET. MUN. TURISMO E CULTURA

www.jaguaracu.mg.gov.br / turismo@jaguaracu.mg.gov.br



painéis decorativos, fundos de palco e demais estruturas de comunicação visual. Os serviços proporcionam acabamento profissional, valorização estética dos espaços, divulgação institucional e fortalecimento da imagem do evento, além de contribuir para a organização visual e ambientação adequada das atividades.

Diante do exposto, a contratação dos referidos serviços mostra-se essencial para a realização da XLII Cavalgada de Jaguaracú, assegurando a adequada estrutura do evento, o atendimento das necessidades identificadas e do interesse público.

Justificamos ainda que a contratação será realizada por meio de procedimento administrativo de dispensa, nos termos do art.75, inciso II, da Lei Federal nº14.133/2021, por se tratar de procedimento adequado em razão do valor da contratação e o tempo da prestação de serviços, configurando a alternativa mais célere, transparente e econômica e eficiente para a administração pública, sem prejuízo da observância dos princípios da legalidade, isonomia, publicidade e eficiência.

5 - FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

5.1 - A licitante será selecionada por meio da realização de procedimento administrativo de dispensa, com adoção do critério de julgamento e classificação da proposta de "MENOR PREÇO GLOBAL" e o modo de disputa "**ABERTO**", observadas as especificações técnicas definidas no edital.

6 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 - As despesas objeto deste termo correrão por conta da dotação orçamentária: 02.04.03-13.392.0006.2080 - Manutenção do FUMPAC - 33.90.39.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica - Ficha 367 - Fonte: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos e a Fonte: 1.501 - Outros Recursos não Vinculados e a 02.04.03-13.392.0006.2081 - Manutenção de Eventos Culturais e Tradicionais - 33.90.39.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica - Ficha 372 - Fonte: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos e a Fonte: 1.501 - Outros Recursos não Vinculados.

7 - VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1 - O instrumento contratual derivado do procedimento administrativo de dispensa, terá vigência a partir da data de sua assinatura até 15 (quinze) dias após a realização do objeto deste termo de referência, obedecendo o limite estabelecido no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº14.133/2021, no valor de R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil e quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos).

8 - ENTREGA

8.1 - A prestação de serviços deverá ser realizada, a partir do recebimento da NAF-Nota de Autorização de Fornecimento emitida pela Coordenadoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Jaguaracú, nas condições estipuladas neste termo.

9 - ACEITAÇÃO

9.1 - A Contratada deverá garantir a excelente qualidade da prestação de serviços, devendo ser estritamente observado os prazos estabelecidos no ajuste contratual, devendo ainda,



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

SECRET. MUN. TURISMO E CULTURA

www.jaguaracu.mg.gov.br / turismo@jaguaracu.mg.gov.br



quando solicitada, substituir prontamente os serviços que porventura não estejam atendendo aos requisitos da proposta de preços, sob pena das sanções cabíveis.

9.2 - A prestação de serviços será aceita após a constatação pelo servidor da municipalidade, da conformidade com as especificações constantes deste termo de referência.

10 - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

10.1 - O contrato deverá ser executado de forma fiel e rigorosa por ambas as partes, em estrita observância às cláusulas pactuadas, às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis. Cada parte será integralmente responsável pelas consequências decorrentes da inexecução total ou parcial de suas obrigações, nos termos do art. 115 da referida Lei.

10.2 - O gestor do contrato será o Secretário Municipal de Turismo e Cultura, auxiliado por servidor devidamente nomeado pela Administração para realizar a fiscalização, conforme art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual deverá registrar a entrega da prestação de serviços, conferindo as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e atestará a nota fiscal, para fins de pagamento.

10.3 - Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o fiscal dará ciência a Contratada, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas, determinando prazo para a correção.

10.4 - O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do instrumento contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, de acordo com o § 1º, art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.5 - O fiscal do contrato informará a seus superiores e ao gestor do contrato, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme § 2º, art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

10.6 - A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

11 - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

11.1 - O Município obriga-se a:

11.1.1 - Emissão da NAF - Nota de Autorização de Fornecimento e a nota de empenho a favor da Contratada;

11.1.2 - Efetuar o pagamento no tempo, lugar e forma estabelecidos no instrumento contratual;

11.1.3 - Proporcionar todas as facilidades e informações que lhe couber, para que a entrega da prestação de serviços, seja executada na forma estabelecida no Termo de Referência e NAF-Nota de Autorização de Fornecimento;

11.1.4 - Notificar, por escrito, a Contratada quaisquer irregularidades encontradas na prestação de serviços, objeto deste termo;

11.1.5 - Participar ativamente das sistemáticas de supervisão, acompanhamento e controle de qualidade na preparação das refeições, lanches e churrasco, se estão de acordo com as



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

SECRET. MUN. TURISMO E CULTURA

www.jaguaracu.mg.gov.br / turismo@jaguaracu.mg.gov.br



exigências estabelecidas no Termo de Referência, reservando-se o direito de recusá-los, no caso de considerar que não condizem com o estabelecido no processo;

11.1.6 - Fornecer todos os gêneros alimentícios necessários para o preparo das refeições e do churrasco;

11.1.7 - Fornecer ao profissional de Medicina Veterinária todas as informações necessárias sobre o evento, para que ele possa emitir o Número de Autorização junto ao Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA);

11.1.8 - Enviar a arte contendo as informações que deverão ser impressas no tecido tipo multifibras sublimado a ser utilizado na instalação do palco;

11.1.9 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

11.1.10 - Aplicar, se for o caso, as sanções administrativas e penalidades regulamentares e contratuais;

11.1.11 - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como atestar na Nota Fiscal/Fatura, a entrega da prestação de serviços, para fins de pagamento.

12 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1 - A Contratada obriga-se a:

12.1.1 - Responsabilizar-se pela prestação de serviços, no prazo determinado, dentro das especificações contidas neste Termo de Referência em obediência às normas fiscalizadoras;

12.1.2 - A prestação de serviços de coordenador de evento, locutor para Concurso de Marcha e locação de mini trio elétrico, deverão estar no local previamente determinado com antecedência mínima de 02 (duas) horas do início do evento, devidamente equipados e com todos os materiais, equipamentos e recursos necessários à perfeita execução dos serviços contratados;

12.1.3 - Na prestação de serviços em medicina veterinária, o profissional habilitado deverá emitir e disponibilizar o Código do Evento ou o Número de Autorização junto ao IMA, até o dia 10/07/2026. Além disso, deverá estar presente no dia do Concurso de Marcha, a ser realizado em 19/07/2026, para o acompanhamento e cumprimento das exigências sanitárias pertinentes;

12.1.4 - A entrega da confecção do tecido tipo multifibras sublimado deverá ser de acordo com a arte fornecida pelo Contratante e instalado com antecedência mínima de 02 (dois) dias do início do evento, previsto para o dia 17/07/2026;

12.1.5 - A equipe para preparo de alimentação e de churrasco, deverão estar no local previamente determinado com antecedência mínima de 04 (quatro) horas do início do evento, devidamente equipados e com todos os utensílios, materiais e vasilhames necessários ao preparo das refeições e do churrasco;

12.1.6 - Fornecer os lanches e refeições durante o evento nas quantidades solicitadas e entregar no local de realização da XLII Cavalcada de Jaguaracu, na Área de Eventos da Pitangueira, localizada no Centro de Jaguaracu - Minas Gerais, incluindo todos os custos com o fornecimento, insumos de preparação dos alimentos, acondicionamento, embalagens, descartáveis, mão de obra para o preparo e outros não previstos;

12.1.7 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco na especificação de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto deste termo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

SECRET. MUN. TURISMO E CULTURA

www.jaguaracu.mg.gov.br / turismo@jaguaracu.mg.gov.br



12.1.8 - Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pelo Contratante na execução do contrato, atendendo, com diligência, às determinações da Unidade Fiscalizadora, voltadas à regularização de faltas e correções verificadas;

12.1.9 - Notificar o Contratante, por escrito, todas as ocorrências que porventura possam prejudicar ou embaraçar o perfeito desempenho das atividades contidas no objeto deste termo;

12.1.10 - Responsabilizar-se pelos danos causados à Administração ou a terceiros pelos danos que resultem de sua imperícia ou negligência e pela culpa de seus empregados, de acordo com os princípios gerais de responsabilidade, bem como é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários e comerciais da execução do instrumento contratual;

12.1.11 - Pagar todos os custos e despesa referente a combustível, motorista, alimentação, hospedagem, mão de obra, tributos e taxas que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços prestados do objeto deste termo;

12.1.12 - Manter durante a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas no processo.

13 - PAGAMENTO

13.1 - O pagamento será efetuado pelo Contratante até o 5º (quinto) dia após liquidação da prestação de serviços através de boleto bancário apresentado pela Contratada, acompanhado da apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo responsável da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura pelo recebimento dos serviços e aprovação do fiscal do contrato.

13.2 - A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

13.3 - Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

13.4 - A nota fiscal deverá ser emitida em moeda corrente do País, em 01 (um) via.

13.5 - O CNPJ da Contratada constante da Nota Fiscal/Fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento administrativo de dispensa.

13.6 - Não será efetuado pagamento a Contratada enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

13.7 - É vedado ao fornecedor transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do fornecimento.

14 - SANÇÕES E DA RESCISÃO

14.1- Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a Contratada, às penalidades previstas no artigo 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.2- A rescisão contratual ocorrerá nos termos previstos no artigo 137, 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

SECRET. MUN. TURISMO E CULTURA

www.jaguaracu.mg.gov.br / turismo@jaguaracu.mg.gov.br



15 - SELEÇÃO DA LICITANTE E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS

15.1 - A proposta da licitante vencedora será selecionada pelo critério de “MENOR PREÇO GLOBAL”, para melhor atender o interesse público com a proposição de preço mais vantajosa para o município, nos termos do Artigo 75, Inciso II e §3º da Lei Federal nº 14.133/2021.

16 - DA HABILITAÇÃO

16.1 - Para habilitação da licitante de “MENOR PREÇO GLOBAL” será realizado primeiramente Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica (TCU) (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

16.1.1 - Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

16.2 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

16.2.1 - No caso de empresa individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

16.2.2 - Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

16.2.3 - No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

16.2.4 - Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

16.2.5 - No caso de sociedade simples, inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

16.2.6 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

16.2.7 - Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

16.3 - REGULARIDADE FISCAL

16.3.1 - Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), do Ministério da Fazenda;

16.3.2 - Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união, encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à dívida ativa da união administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN (Certidão Conjunta);

16.3.3 - Certidão negativa de débito tributário junto a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede da licitante;

16.3.4 - Certidão negativa de débito tributário junto a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede da licitante;

16.3.5 - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRF), expedido pela Caixa Econômica Federal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

SECRET. MUN. TURISMO E CULTURA

www.jaguaracu.mg.gov.br / turismo@jaguaracu.mg.gov.br



16.4 - REGULARIDADE TRABALHISTA

16.4.1 - Prova de inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho (CNDT) mediante apresentação de certidão expedida pela Justiça do Trabalho, de acordo com a Lei Federal 12.440/2011.

16.5 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

16.5.1 - Certidão negativa em matéria falimentar, concordatária e de recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (licitante), emitida em prazo não superior a 90 (noventa) dias contados da data da sua apresentação, porém não há óbice que a empresa em recuperação judicial participe do certame desde que comprove a capacidade econômica e financeira para execução do objeto.

17 - DEMAIS DESPESAS

17.1 - Todas as demais despesas, diretas ou indiretas frete, taxas e impostos ou quaisquer outras que porventura incidam sobre o objeto da dispensa, correrão por conta da Contratada, sem direito a qualquer tipo de ressarcimento por parte do Município.

18 - TERMO DE CONTRATO

18.1 - A contratação será formalizada por instrumento contratual, e concretizada mediante a emissão da NAF-Nota de Autorização de Fornecimento, elaborada de acordo com as regras deste Termo.

19 - RESPONSÁVEL NO ÓRGÃO PELO ENCAMINHAMENTO DE EVENTUAL IMPUGNAÇÃO OU ESCLARECIMENTO

Prefeitura Municipal de Jaguaracu-MG

Setor de Licitações e Contratos

Responsável: Maria Aparecida Gonçalves - Agente de Contratação

Endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>

20 - GESTOR DO CONTRATO

GESTOR:

Nome: Luiz Carlos Francisco Batista

Cargo: Secretaria Municipal de Turismo e Cultura

Endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>

21 - DESIGNAÇÃO DE FISCAL

FISCAL:

Nome: Samuel Ferreira Félix

Cargo: Coordenador de Fiscalização

Endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>

22 - OUTRAS CONDIÇÕES

22.1 - Todos os relatórios produzidos serão levados ao conjunto de dados e informações para abertura do processo para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços considerados necessários e indispensáveis para a execução dos trabalhos



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

SECRET. MUN. TURISMO E CULTURA

www.jaguaracu.mg.gov.br / turismo@jaguaracu.mg.gov.br



complementares, os quais integram o conjunto dos objetivos para compor a equipe para prestar o apoio técnico operacional, bem como os demais conjunto de sustentação necessários, formal e geral, destinados à organização e plena realização da XLII Cavalcada de Jaguaracú, que ocorrerá nos dias 17, 18 e 19 de julho de 2026, evento tradicional e cultural do Município de Jaguaracú - Minas Gerais.

23 - COTAÇÃO DE PREÇOS

23.1 - A Secretaria Municipal de Administração e Planejamento apresentou pesquisa de preços, no valor estimado para contratação de R\$ 44.365,00 (quarenta e quatro mil e trezentos e sessenta e cinco reais), obtido com base nos preços apurados mediante pesquisa mercadológica realizada junto a fornecedores do ramo e consultas ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), utilizadas como referência para aferição dos valores praticados no mercado. A adoção desses parâmetros contribui para a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, assegurando a observância dos princípios da economicidade, da eficiência e da adequada aplicação dos recursos públicos. As informações coletadas serviram de referência para a formação do preço estimado da contratação, observadas as particularidades, a abrangência e as especificações de cada contratação consultada.

No mercado local, foi obtida cotação do Microempreendedor Individual Thuane Oliveira Moura, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 16.710.151/0001-73, com sede na Rua Governador Valadares, nº 373, Loja, Centro, Jaguaracú - MG, CEP 35.188-000, no valor de R\$ 21.200,00 (vinte e um mil e duzentos reais), conforme proposta encaminhada em 23/06/2026.

Por meio de consulta ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), foram identificadas as seguintes contratações semelhantes:

- Referente à Prefeitura Municipal de Carmésia - MG, consta a contratação da empresa RRV Multi Work, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 31.888.114/0001-43, com sede na Rua Benedito Quintino, nº 353, Centro, Jaboticatubas - MG, CEP 35.830-000, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais). Consulta realizada em 18/06/2026, mediante acesso ao endereço eletrônico <https://pncp.gov.br/app/contratos/18303172000108/2026/8>.
- Referente à Prefeitura Municipal de Lima Duarte - MG, consta ata de registro de preços em favor da empresa Marcelo Geraldo Vieira de Assis, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 13.025.485/0001-10, com sede na Rua Geraldo Magela Paiva, nº 97, Centro, Lima Duarte - MG, CEP 36.140-000, no valor de R\$ 7.990,00 (sete mil e novecentos e noventa reais). Consulta realizada em 22/06/2026, mediante acesso ao endereço eletrônico <https://pncp.gov.br/app/editais/18338186000159/2026/2>.
- Referente à Prefeitura Municipal de Senador Canedo - GO, consta adesão a ata de registro de preços com a empresa Alternativa Serviços e Produções de Eventos Ltda, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 19.617.048/0001-71, com sede na Rua Alvorada, s/n, Vila Planaldo, Rialma - GO, CEP 76.310-000, no valor de R\$ 3.280,00 (três mil e



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

SECRET. MUN. TURISMO E CULTURA

www.jaguaracu.mg.gov.br / turismo@jaguaracu.mg.gov.br



duzentos e oitenta reais). Consulta realizada em 22/06/2026, mediante acesso ao endereço eletrônico <https://pncp.gov.br/app/editais/25107525000151/2026/268>.

• Referente à Prefeitura Municipal de Mossoró - RN, consta ata de registro de preços em favor da empresa Grid Comunicação Visual, Sinalização e Eventos Ltda, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 27.997.819/0001-21, com sede na Rua Rodrigo Rodrigues de Gois, nº 101, Presidente Costa e Silva, Mossoró/RN, CEP 59.625-521, no valor de R\$ 4.895,00 (quatro mil e oitocentos e noventa e cinco reais). Consulta realizada em 22/06/2026, mediante acesso ao endereço eletrônico <https://pncp.gov.br/app/atas/08348971000139/2026/33/1>.

SERVIÇOS PARA EVENTO							
ITEM	CÓDIGO	SERVIÇO	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	UNIDADE	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	86591	COORDENADOR DE EVENTO	PROFISSIONAL RESPONSÁVEL POR AUXILIAR NA PRODUÇÃO, ACOMPANHAR TODO TRABALHO DURANTE O EVENTO, CONTROLE DAS DEMANDAS, PONTO FOCAL DE COMUNICAÇÃO DAS DIVERSAS EQUIPES ENVOLVIDAS, GESTÃO DE PALCO, CAMARIM E BACKSTAGE, EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DURANTE A REALIZAÇÃO DO EVENTO, CONTEMPLANDO TRANSPORTE E HOSPEDAGEM	4	SERVIÇOS	820,00	3.280,00
2	86592	EQUIPE PARA PREPARO DE ALIMENTAÇÃO	COMPREENDENDO EXCLUSIVAMENTE EM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA OPERACIONAL, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE VASILHAMES E UTENSÍLIOS NECESSÁRIOS AO PREPARO DAS REFEIÇÕES, EXCETO CHURRASCO, COM ORGANIZAÇÃO, HIGIENE E SEGURANÇA ALIMENTAR, NO MÍNIMO 08 PESSOAS PARA ATENDER O TRADICIONAL ENCONTRO DE CAVALEIROS, COM PÚBLICO DE 1.500 A 2.000 PESSOAS	1	SERVIÇOS	5.500,00	5.500,00
3	86593	EQUIPE PARA PREPARO DE CHURRASCO	COMPREENDENDO EXCLUSIVAMENTE EM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA OPERACIONAL, COM PROFISSIONAIS CAPACITADOS PARA PREPARO, MANIPULAÇÃO, ASSAMENTO E CORTE DE CARNES, COSTELA FOGO DE CHÃO, COM ORGANIZAÇÃO, HIGIENE E SEGURANÇA ALIMENTAR, NO MÍNIMO 08 PESSOAS PARA ATENDER O TRADICIONAL ENCONTRO DE CAVALEIROS, COM PÚBLICO DE 1.500 A 2.000 PESSOAS	1	SERVIÇOS	4.200,00	4.200,00
4	86541	LANCHE PARA EVENTO	HAMBÚRGUER COM OS SEGUINTE INGREDIENTES: PÃO, BIFE DE CARNE DE BOI MOÍDA, BACON PICADO, UM OVO, UMA FATIA DE MUSSARELA, UMA FOLHA DE ALFACE, UMA RODELA DE TOMATE, COM MILHO E BATATA PALHA, UM SUCO 250ML OU UM REFRIGERANTE 220ML OU UMA GARRAFA DE ÁGUA MINERAL SEM GÁS DE 500ML A SER DEFINIDO COM A ESCOLHA DO SOLICITANTE	150	UNIDADES	30,00	4.500,00
5	86594	LOCUTOR PARA CONCURSO DE MARCHA	PROFISSIONAL COM EXPERIÊNCIA EM PROVAS DE EQUESTRES, PARA APRESENTAÇÃO DE CONCURSO DE MARCHA, MUNIDO DE: KIT DE COLETES ENUMERADOS, KIT DE CAVALETES/PODIUM DE 1º, 2º E 3º LUGAR, SONOPLASTA E PROFISSIONAL PARA ADMISSÃO DE PISTA, NOS HORÁRIOS A SEREM ESTABELECIDOS PELA EQUIPE DE ORGANIZAÇÃO, PERÍODO INTEGRAL DO EVENTO NO MÍNIMO DE 10 HORAS, INCLUINDO TRANSPORTE, HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	1	SERVIÇOS	4.000,00	4.000,00
6	86595	MINI TRIO ELÉTRICO	SISTEMA DE SONORIZAÇÃO COM PÁ FRONTAL, TRAZEIRO E LATERAIS, MESA DE SOM COM 6 CANAIS, 2 MICROFONES SEM FIO, COM FUNCIONAMENTO POR GERADOR PRÓPRIO, COM TODOS OS APARATOS TÉCNICOS, INCLUINDO COMBUSTÍVEL, CONDUTOR CAPACITADO, OPERAÇÃO, ALIMENTAÇÃO E HOSPEDAGEM, COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 6 HORAS	1	SERVIÇOS	7.990,00	7.990,00
7	86596	PROFISSIONAL CAPACITADO EM MEDICINA VETERINÁRIA	RESPONSÁVEL TÉCNICO (RT) HABILITADO NO IMA, PARA EMISSÃO DO CÓDIGO DO EVENTO OU NÚMERO DE AUTORIZAÇÃO JUNTO AO IMA, FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA E GARANTIR A SEGURANÇA E O BEM-ESTAR DOS ANIMAIS DURANTE O CONCURSO DE MARCHA	1	SERVIÇOS	3.000,00	3.000,00
8	86542	REFEIÇÃO PARA EVENTO	REFEIÇÃO SERVIDA NO ESTILO MARMITEX DE ISOPOR DE 800GR (TAMANHO 6) COM TAMPA, COM ARROZ, FEIJÃO TROPEIRO OU DE CALDO, MACARRÃO, UMA CARNE DE BOI, PORCO OU FRANGO, OVO FRITO, UM SUCO 250ML OU UM REFRIGERANTE 220ML OU UMA GARRAFA DE ÁGUA MINERAL SEM GÁS DE 500 ML A SER DEFINIDO COM A ESCOLHA DO SOLICITANTE	200	UNIDADES	35,00	7.000,00
9	86597	TECIDO TIPO MULTIFIBRAS SUBLIMADO	TECIDO OXFORD COM ALTA CONCENTRAÇÃO DE FIBRAS SINTÉTICAS, 100% POLIÉSTER, COM IMPRESSÃO DIGITAL POR PROCESSO DE SUBLIMAÇÃO TOTAL (100% SUBLIMADO), PARA PALCOS E PAINÉIS DECORATIVOS, COM ACABAMENTO ADEQUADO PARA FIXAÇÃO EM ESTRUTURA OU SUPORTE, INCLUINDO MONTAGEM, DESMONTAGEM E DEMAIS ACESSÓRIOS, CONFORME ARTE A SER DEFINIDA PELO CONTRATANTE	110	METROS QUADRADO	44,50	4.895,00
TOTAL							R\$ 44.365,00

RESPONSÁVEL:

NOME: LUIZ CARLOS FRANCISCO BATISTA

CARGO: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

www.jaguaracu.mg.gov.br / licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br

ANEXO II - MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº100/2026

PROCEDIMENTO: DISPENSA Nº006/2026

À

Prefeitura Municipal de Jaguaracu

A/C: Sra. Agente de Contratação

A empresa _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº _____, com sede _____, telefone: _____, e-mail: _____, abaixo assinada por seu representante legal, interessada na participação da presente dispensa, propõe a esse Município o objeto deste ato convocatório, de acordo com a presente proposta comercial, nas seguintes condições: A prestação de serviços considerados necessários e indispensáveis para a execução dos trabalhos complementares, os quais integram o conjunto dos objetivos para compor a equipe para prestar o apoio técnico operacional, bem como os demais conjuntos de sustentação necessários, formal e geral, destinados à organização e plena realização da XLII Cavalgada de Jaguaracu, que ocorrerá nos dias 17, 18 e 19 de julho de 2026, evento tradicional e cultural do Município de Jaguaracu - Minas Gerais, nos termos e condições estabelecidas nas especificações constantes no Termo de Referência.

Item	Código	Serviço	Especificação	Quantidade	Unidade	VI Unit.	VI Total
1							
2							
Total							

- Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

A licitante vencedora deverá fornecer BOLETO BANCÁRIO, para realização dos pagamentos.

Declaramos que estamos de acordo com os termos do Aviso de Contratação Direta e acatamos suas determinações, bem como, informamos que nos preços propostos estão incluídos todas as despesas com transporte, impostos, taxas e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto deste processo.

(Nome do município), _____ de _____ de 2026.

Nome do Representante legal do proponente

Assinatura - Carimbo do CNPJ



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

www.jaguaracu.mg.gov.br / licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br

ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE JAGUARACU E A EMPRESA.....

O MUNICÍPIO DE JAGUARACU - MINAS GERAIS, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua do Rosário, nº114, Centro, Jaguaracu - Minas Gerais, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 16.816.522/0001-04, representado pelo seu Prefeito Municipal senhor Marco Valério de Oliveira Masseno, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o nº781.716.447-91, doravante denominada CONTRATANTE, e do outro lado a empresa _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº _____, com sede na _____, neste ato representada pelo Sr.(a) _____, brasileiro(a), casado(a), documento de Identidade nº _____ e inscrito(a) no Cadastro de Pessoa Física sob o nº _____, doravante denominada CONTRATADA, em conformidade com o Processo Administrativo nº100/2026, sob Procedimento de Dispensa Eletrônica nº006/2026, celebram o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes.

Da Gestão do Contrato

Este contrato será gerido pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através do senhor Luiz Carlos Francisco Batista.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA BASE LEGAL

1.1 - A presente contratação é celebrada conforme Processo Administrativo nº100/2026, sob o Procedimento de Dispensa Eletrônica nº006/2026, nos termos do inciso II, do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 - Constitui objeto deste instrumento: A prestação de serviços considerados necessários e indispensáveis para a execução dos trabalhos complementares, os quais integram o conjunto dos objetivos para compor a equipe para prestar o apoio técnico operacional, bem como os demais conjuntos de sustentação necessários, formal e geral, destinados à organização e plena realização da XLII Cavalgada de Jaguaracu, que ocorrerá nos dias 17, 18 e 19 de julho de 2026, evento tradicional e cultural do Município de Jaguaracu - Minas Gerais, nos termos e condições estabelecidas nas especificações constantes no Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES

3.1 - DO CONTRATANTE

3.1.1 - Emissão da NAF - Nota de Autorização de Fornecimento e a nota de empenho a favor da Contratada;

3.1.2 - Efetuar o pagamento no tempo, lugar e forma estabelecidos neste instrumento;

3.1.3 - Proporcionar todas as facilidades e informações que lhe couber, para que a entrega da prestação de serviços, seja executada na forma estabelecida no Termo de Referência e NAF-Nota de Autorização de Fornecimento;

3.1.4 - Notificar, por escrito, a Contratada quaisquer irregularidades encontradas na prestação de serviços, objeto deste instrumento;

3.1.5 - Participar ativamente das sistemáticas de supervisão, acompanhamento e controle de qualidade na preparação das refeições, lanches e churrasco, se estão de acordo com as exigências estabelecidas no Termo de Referência, reservando-se o direito de recusá-los, no caso de considerar que não condizem com o estabelecido no processo;

3.1.6 - Fornecer todos os gêneros alimentícios necessários para o preparo das refeições e do churrasco;

3.1.7 - Fornecer ao profissional de Medicina Veterinária todas as informações necessárias sobre o evento, para que ele possa emitir o Número de Autorização junto ao Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA);



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

www.jaguaracu.mg.gov.br / licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br

3.1.8 - Enviar a arte contendo as informações que deverão ser impressas no tecido tipo multifibras sublimado a ser utilizado na instalação do palco;

3.1.9 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

3.1.10 - Aplicar, se for o caso, as sanções administrativas e penalidades regulamentares e contratuais;

3.1.11 - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como atestar na Nota Fiscal/Fatura, a entrega da prestação de serviços, para fins de pagamento.

3.2 - DA CONTRATADA

3.2.1 - Responsabilizar-se pela prestação de serviços, no prazo determinado, dentro das especificações contidas neste Termo de Referência em obediência às normas fiscalizadoras;

3.2.2 - A prestação de serviços de coordenador de evento, locutor para Concurso de Marcha e locação de mini trio elétrico, deverão estar no local previamente determinado com antecedência mínima de 02 (duas) horas do início do evento, devidamente equipados e com todos os materiais, equipamentos e recursos necessários à perfeita execução dos serviços contratados;

3.2.3 - Na prestação de serviços em medicina veterinária, o profissional habilitado deverá emitir e disponibilizar o Código do Evento ou o Número de Autorização junto ao IMA, até o dia 10/07/2026. Além disso, deverá estar presente no dia do Concurso de Marcha, a ser realizado em 19/07/2026, para o acompanhamento e cumprimento das exigências sanitárias pertinentes;

3.2.4 - A entrega da confecção do tecido tipo multifibras sublimado deverá ser de acordo com a arte fornecida pelo Contratante e instalado com antecedência mínima de 02 (dois) dias do início do evento, previsto para o dia 17/07/2026;

3.2.5 - A equipe para preparo de alimentação e de churrasco, deverão estar no local previamente determinado com antecedência mínima de 04 (quatro) horas do início do evento, devidamente equipados e com todos os utensílios, materiais e vasilhames necessários ao preparo das refeições e do churrasco;

3.2.6 - Fornecer os lanches e refeições durante o evento nas quantidades solicitadas e entregar no local de realização da XLII Cavalcada de Jaguaracu, na Área de Eventos da Pitangueira, localizada no Centro de Jaguaracu - Minas Gerais, incluindo todos os custos com o fornecimento, insumos de preparação dos alimentos, acondicionamento, embalagens, descartáveis, mão de obra para o preparo e outros não previstos;

3.2.7 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco na especificação de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto deste instrumento;

3.2.8 - Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pelo Contratante na execução do contrato, atendendo, com diligência, às determinações da Unidade Fiscalizadora, voltadas à regularização de faltas e correções verificadas;

3.2.9 - Notificar o Contratante, por escrito, todas as ocorrências que porventura possam prejudicar ou embarçar o perfeito desempenho das atividades contidas no objeto deste instrumento;

3.2.10 - Responsabilizar-se pelos danos causados à Administração ou a terceiros pelos danos que resultem de sua imperícia ou negligência e pela culpa de seus empregados, de acordo com os princípios gerais de responsabilidade, bem como é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários e comerciais da execução deste instrumento;

3.2.11 - Pagar todos os custos e despesa referente a combustível, motorista, alimentação, hospedagem, mão de obra, tributos e taxas que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços prestados do objeto deste instrumento;

3.2.12 - Manter durante a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas no processo.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR

4.1 - O valor do presente instrumento é de R\$.....(.....).

4.2 - Descrição dos serviços de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência.

Item	Código	Serviço	Especificação	Quant.	Unidade	VI Unit.	VI Total
1							
2							
Total							



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

www.jaguaracu.mg.gov.br / licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado da seguinte forma:

5.1.1 - O pagamento será efetuado pelo Contratante até o 5º (quinto) dia após liquidação da prestação de serviços através de boleto bancário apresentado pela Contratada, acompanhado da apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo responsável da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura pelo recebimento dos serviços e aprovação do fiscal do contrato.

5.1.2 - A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

5.1.3 - Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

5.1.4 - A nota fiscal deverá ser emitida em moeda corrente do País, em 01 (um) via.

5.1.5 - O CNPJ da Contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento administrativo de dispensa.

5.1.6 - Não será efetuado pagamento a Contratada enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

5.1.7 - É vedado a Contratada transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do fornecimento.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 - As despesas decorrente da presente contratação correrá à conta da rubrica orçamentária: 02.04.03-13.392.0006.2080 - Manutenção do FUMPAC - 33.90.39.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica - Ficha 367 - Fonte: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos e a Fonte: 1.501 - Outros Recursos não Vinculados e a 02.04.03-13.392.0006.2081 - Manutenção de Eventos Culturais e Tradicionais - 33.90.39.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica - Ficha 372 - Fonte: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos e a Fonte: 1.501 - Outros Recursos não Vinculados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO

7.1 - O presente instrumento terá vigência a partir da data de sua assinatura até 15 (quinze) dias após a realização do evento, obedecendo o limite estabelecido no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº14.133/2021, no valor de R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil e quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos).

CLÁUSULA OITAVA - DA ENTREGA

8.1 - O prazo para entrega da prestação de serviços deverá ser realizada, a partir do recebimento da NAF-Nota de Autorização de Fornecimento emitida pela Coordenadoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Jaguaracú, nas condições estipuladas neste instrumento.

CLÁUSULA NONA - DA ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1 - A Contratada deverá garantir a excelente qualidade da prestação de serviços, devendo ser estritamente observado os prazos estabelecidos no ajuste contratual, devendo ainda, quando solicitada, substituir prontamente os serviços que porventura não estejam atendendo aos requisitos da proposta de preços, sob pena das sanções cabíveis.

9.2 - A prestação de serviços será aceita após a constatação pelo servidor da municipalidade, da conformidade com as especificações constantes deste termo de referência.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO

10.1- A rescisão contratual poderá ser:

10.1.1- Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a IX do art. 137 da Lei Federal nº14.133, de 01 de abril de 2021;

10.1.2- A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas na cláusula décima primeira;

10.1.3- Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 137 da Lei Federal nº14.133/2021;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACÚ

ESTADO DE MINAS GERAIS

www.jaguaracu.mg.gov.br / licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br

10.1.4- Em caso de rescisão prevista nos incisos V a VII do art. 137 da Lei Federal nº14.133/2021 sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, quando os houver sofrido;

10.1.5- A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 138 acarretará as consequências previstas no art. 139, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1 - A Contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações contidas nos incisos I a XII do artigo 155, da Lei Federal nº14.133/2021.

11.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as sanções previstas nos incisos I a IV, §1º incisos de I a V, §2,§3º,§4º, §5º,§6º,§7º,§8º e §9º do artigo 156 da Lei Federal nº14.133/21.

11.3 - O dispositivo contido no § 3º à sanção prevista no inciso II do artigo 156 será calculado na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 desta Lei.

11.4 - Estabelece o § 4º a sanção prevista no inciso III do caput do artigo 156 a aplicação ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do artigo 155 da Lei Federal nº14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.5 - § 5º A sanção prevista no inciso IV do caput do artigo 156 da Lei Federal nº14.133/2021 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do artigo 155 da Lei Federal nº14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ADMINISTRAÇÃO DO CONTRATO

12.1 - A administração e a coordenação do contrato ficarão a cargo do gestor deste instrumento e a fiscalização através de servidor devidamente nomeado pela Administração para realizar a fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - A parte que infringir os termos do presente Contrato, responderá por perdas e danos consoantes com o que for apurado, podendo ensejar até mesmo a sua imediata rescisão.

13.2 - Obrigam-se as partes, por si e sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou contratado, elegendo-se o foro da Comarca de Timóteo, com exclusão de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

13.3 - Para os efeitos de direito valem para este Contrato a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas legais que lhe sejam aplicáveis, a proposta de preços apresentada, aplicando-se para os casos omissos, os princípios gerais de Direito.

E por estarem, assim, justas e contratadas, lavrou-se o presente instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor forma, o qual, depois de lido e achado conforme, assinam as partes contratadas e testemunhas para que surtam os jurídicos e legais efeitos.

Jaguaracú, de de 2026.

Marco Valério de Oliveira Masseno
Prefeito Municipal

Contratada

Testemunhas:

Nome/CPF nº: _____ Ass: _____

Nome/CPF nº: _____ Ass: _____